

# Unidas: contrato acordado



Deliberativo: Samir Bittar apresenta proposta de contrato com a Unidas

No final de fevereiro, as entidades médicas nacionais - Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos - divulgaram a proposta de contrato de prestação de serviços entre médicos e operadoras de autogestão, acordada com a direção nacional do grupo Unidas na Câmara Técnica da Contratualização.

A proposta, que havia sido concluída em meados do mês, também foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da AMB, reunido no Rio de Janeiro, no dia 25 de fevereiro. O texto foi

elaborado a partir do contrato apresentado pela Unidas em dezembro, cuja totalidade dos itens foi analisada e discutida em cinco reuniões.

Segundo o presidente da Câmara Técnica, Samir Dahas Bittar, dos mais de 80 itens do contrato inicial apresentado pelas Unidas, houve apenas dois pontos de discordância. O primeiro diz respeito ao limite de cobertura dos novos procedimentos, pois nem todas as operadoras da Unidas aceitam incluir os procedimentos da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) que não estão no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O outro se refere ao índice de reajuste, sendo que a proposta dos médicos é estabelecer um índice nos contratos a ser aplicado dentro de 12 meses, mas a Unidas prefere definir esse índice ao final do período.

Dessa forma, a Câmara Técnica recomenda às Comissões Estaduais de Honorários Médicos e às superintendências estaduais e entidades filiadas à Unidas que negociem regionalmente os dois pontos de discordância. "Essa proposta de contrato resume o trabalho das Comissões Estaduais, que podem focar a negociação, com uma possibilidade muito maior de acordo com as operadoras", avalia o presidente da Câmara Técnica.

Para Samir Dahas Bittar, "a abertura demonstrada nesse trabalho com a Unidas modifica uma prática equivocada de muito tempo, em que as operadoras enviavam contratos prontos aos médicos, muitas vezes com cláusulas leoninas".

## ANS: novo prazo para contratos

A pedido da Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu prorrogar por mais 150 dias o prazo para a assinatura dos contratos de prestação de serviços entre médicos e operadoras de planos de saúde. Com esta decisão da diretoria colegiada da ANS, tomada no dia 2 de março, o prazo final para a contratualização passa a ser 14 de agosto.

Além da prorrogação do prazo, que venceria em março, as entidades médicas nacionais haviam solicitado à ANS a intermediação nas negociações sobre contratos com as seguradoras e as empresas de medicina de grupo. No fim de fevereiro, as entidades finalizaram uma proposta de contrato com a direção nacional da Unidas, ficando dois pontos de discordância a serem discutidos regionalmente. A Fenaseg e a Abramge já foram convidadas a desenvolver trabalho semelhante em conjunto com as entidades médicas.

Por enquanto, a recomendação é de que só sejam assinados contratos com as empresas de autogestão, de acordo com a proposta elaborada pelas entidades médicas nacionais e pela Unidas, depois de solucionados os pontos de divergência pelas entidades estaduais.

### Recomendações

A Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, reunida em Maceió, Alagoas, em 8 de abril de 2005, analisou o estágio atual da contratualização entre médicos e operadoras, e deliberou por recomendar que: 1) Todos os esforços sejam empreendidos com o objetivo de interromper a prática abusiva, até recentemente praticada pelas operadoras, de propor contratos sem negociação prévia; 2) Os contratos com todas as empresas de autogestão tenham como base a proposta consensual acordada entre as entidades médicas nacionais e a direção nacional do grupo Unidas, analisando-se no âmbito das Comissões Estaduais de Honorários Médicos apenas as cláusulas de dissensão; 3) Não assinem contratos com as seguradoras, exceto se negociados previamente, propondo aguardar as negociações com as entidades médicas que ora se iniciam, cujo intuito é obter uma proposta de contrato que atenda aos interesses da classe, nos mesmos moldes do trabalho realizado com a Unidas; 4) Não assinem contratos com as operadoras da Abramge, exceto se negociados previamente, pois esse setor tem se negado a negociar um modelo; 5) Não haja precipitação na assinatura, pois o prazo irá expirar somente em 14 de agosto deste ano, buscando sempre o respaldo e as orientações das Comissões Estaduais de Honorários Médicos.

## Fenaseg: discussões sobre contratos

Durante a primeira reunião da **Câmara Técnica da Contratualização** com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), no dia 20 de abril, decidiu-se por uma análise dirigida individual do contrato das sete seguradoras que participaram do encontro: Bradesco, Sul América, Marítima, Porto Seguro, AGF, Unibanco AIG e Brasil Saúde).

Dessa forma, os representantes das entidades médicas nacionais - Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos - irão se reunir com as empresas separadamente, não estando descartados novos encontros com o grupo completo para debater questões de interesse geral.

Nesta primeira reunião, realizada na sede da AMB, em São Paulo, além da metodologia do trabalho, foi discutida também a experiência com o grupo Unidas, que chegou a uma proposta de contrato em conjunto com as entidades médicas depois de cinco reuniões.

O presidente da Câmara Técnica da Contratualização, Samir Dahas Bittar, considerou o encontro bastante produtivo.



"Estamos alterando nossas relações. Pela primeira vez na história médicos e operadoras iniciam um entendimento nacional buscando um consenso sobre os contratos, trabalho este que tem como objetivo estabelecer as regras da relação entre médicos e operadoras de saúde, com base na Resolução Normativa nº 71 da Agência Nacional de Saúde Suplementar", avaliou.

## Resumo das decisões das Câmaras Técnicas

### Contratualização



Elaboração de proposta de contrato consensual com a Unidas; concordância da ANS sobre o modelo de contrato; negociação com a Fenaseg para a elaboração de uma proposta conjunta; proposta à Abramge de discussão dos contratos.

### CBHPM



Discussões com várias Especialidades, sendo corrigidas falhas estruturais com mudanças de portes para outros capítulos, correções de nomenclatura e verificação de duplicidade para nova edição da CBHPM

### Órtese e Prótese



Frontes de trabalho: indicações das próteses; avaliação da qualidade dos materiais; critérios para arbitrar eventuais discussões; e limites para a relação custo-benefício; análise das listas de órteses, próteses e materiais especiais em Ortopedia das operadoras Cassi, Geap e Unimed.

### Materiais e Medicamentos



Análise da lista de materiais descartáveis utilizados em serviços de saúde; solicitação à equipe do Projeto Diretrizes AMB/CFM de elaboração de um protocolo sobre as indicações do uso de contrastes nos exames radiológicos, especificando quando eles devem ser iônicos e não iônicos; proposta de apresentação do trabalho à Anvisa como subsídio para a regulamentação do uso de contrastes.

### Incorporação de Tecnologias



Discussão da legislação sobre o tema; elaboração de regimento interno da Câmara Técnica.

### Diretrizes



Já foram elaboradas 120 diretrizes, que ganharão versões resumidas; discussão de temas para novas diretrizes, de acordo com a demanda observada na prática médica; cursos de orientação e capacitação sobre medicina baseada em evidências; participação no Fórum Nacional para Implementação do Projeto Diretrizes, em Brasília.